



SIMULADO ESPECIAL

SEPLAG RJ

Especialista em Políticas Públicas e
Gestão Governamental
Gestão E Governança Pública - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEPLAG-RJ**, cargo de **EGGPP - Gestão e Governança Pública**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/9HWEzbbkaja3HNzs9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/o5vunb>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4rCRbxs>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

1. Assinale a alternativa em que a locução adverbial destacada pode ser substituída pelo advérbio indicado, preservando-se o sentido da frase.

- a) A comissão informou **com antecedência** as mudanças no calendário das avaliações. / antigamente.
- b) O pesquisador conseguiu demonstrar **sem dificuldade** a validade de sua hipótese. / rapidamente.
- c) A direção divulgou **antes do momento adequado** os resultados de uma investigação ainda em andamento. / prematuramente.
- d) O novo coordenador era **por natureza** avesso a decisões que envolvessem riscos. / habitualmente.
- e) As medidas adotadas contribuíram **de fato** para a redução dos problemas identificados. / aparentemente.

2. Assinale a alternativa em que o emprego da preposição sob ou sobre está inadequado ao sentido da frase.

- a) Sob a aparência de um funcionário prestativo, o gerente escondia atitudes autoritárias.
- b) Durante a reunião, os pesquisadores apresentaram novas informações sobre os efeitos da poluição.
- c) Para facilitar a consulta, a professora deixou os livros sob a mesa, ao lado do computador que estava apoiado no tampo.
- d) Mesmo sob intensa pressão, a testemunha manteve a versão apresentada inicialmente.
- e) O relatório sobre as condições do prédio foi encaminhado aos responsáveis pela manutenção.

3. Assinale a frase em que a substituição da locução destacada pelo adjetivo indicado preserva o sentido e a correção gramatical.

- a) A generosidade é uma riqueza **do coração**, capaz de transformar a vida de outras pessoas. / cardíaca.
- b) O funcionário levou uma garrafa **de leite** para preparar o café dos colegas. / láctea.
- c) A possibilidade de discordar constitui uma demonstração **de liberdade**. / livre.
- d) Os pesquisadores investigaram as causas **da felicidade** em diferentes grupos sociais. / felizes.
- e) A capacidade de criar símbolos é uma característica **do ser humano**. / humana.

4. Assinale a frase em que a grafia da expressão destacada está correta.

- a) A razão **porque** tantos candidatos abandonam os estudos merece uma análise cuidadosa.
- b) Os professores querem compreender **por que** alguns alunos têm dificuldade para interpretar textos.
- c) A leitura amplia nossa visão de mundo **por que** permite conhecer diferentes experiências.
- d) Se todos receberam as mesmas orientações, apenas alguns concluíram a tarefa **porquê?**
- e) Sei que o cronograma foi alterado, mas ainda não descobri **por que**.

5. Em uma das frases abaixo, o enunciador manifesta uma avaliação pessoal sobre o fato apresentado. Assinale essa alternativa.

- a) A biblioteca municipal recebeu duzentos exemplares de livros na última semana.
- b) Os candidatos deverão apresentar um documento de identificação antes do início da prova.
- c) A empresa anunciou a abertura de uma nova unidade no centro da cidade.
- d) Felizmente, a prefeitura desistiu de demolir o antigo teatro do bairro.
- e) O atendimento ao público será realizado das oito às dezesseis horas.

6. Assinale a alternativa em que a substituição da expressão popular destacada por uma expressão de registro formal altera o sentido da frase.
- a) Ao perceber a confusão, o motorista **deu no pé**. / Ao perceber a confusão, o motorista retirou-se rapidamente.
- b) Depois de conferir os documentos, a fiscal percebeu que havia **algo debaixo do tapete**. / Depois de conferir os documentos, a fiscal percebeu que havia algo sendo ocultado.
- c) Durante a negociação, o representante **bateu o pé** e manteve sua exigência. / Durante a negociação, o representante mostrou-se irredutível e manteve sua exigência.
- d) Ao saber da mudança, a coordenadora **jogou a toalha**. / Ao saber da mudança, a coordenadora manifestou sua indignação.
- e) Diante das acusações, o diretor preferiu **abrir o jogo**. / Diante das acusações, o diretor preferiu revelar a verdade.
7. Na descrição de um objeto, o adjetivo pode indicar procedência, avaliação subjetiva ou uma característica física. Assinale a alternativa em que o adjetivo apresenta uma caracterização física objetiva, verificável pela observação.
- a) porcelana chinesa;
- b) apresentação magnífica;
- c) superfície áspera;
- d) atitude admirável;
- e) proposta interessante.
8. Assinale a alternativa em que o adjetivo destacado é de relação.
- a) A equipe apresentou uma solução **engenhosa** para o problema.
- b) O pesquisador examinou o tecido **muscular** durante o experimento.
- c) Os candidatos receberam instruções **claras** antes da prova.
- d) A testemunha demonstrou uma postura **corajosa** diante das ameaças.
- e) O projeto trouxe resultados **surpreendentes** para a comunidade.
9. Um leitor encontrou em uma reportagem a seguinte informação: “Uma universidade adquiriu microscópios de última geração para seus laboratórios.”
- A partir dessa informação, ele formulou algumas hipóteses. Assinale a alternativa que apresenta uma conclusão **incompatível com o que foi informado**.
- a) A instituição pode ter adquirido os equipamentos para ampliar suas atividades de pesquisa.
- b) A compra pode ter sido motivada pela necessidade de observar estruturas muito pequenas.
- c) Os novos equipamentos podem oferecer recursos que os aparelhos anteriores não possuíam.
- d) Os microscópios que ela já possuía antes de comprar estavam velhos.
- e) A aquisição pode beneficiar estudantes envolvidos em atividades experimentais.
10. Assinale a alternativa em que as palavras destacadas apresentam **sentidos opostos**.
- a) A **prudência** recomenda cautela diante daquilo que o **medo** transforma em ameaça.
- b) O **conhecimento** amplia nossa compreensão, enquanto a **experiência** testa nossas certezas.
- c) Um gesto **generoso** pode transformar o dia de quem enfrenta um momento **difícil**.
- d) O espírito **confiante** enxerga possibilidades onde o olhar **pessimista** antecipa fracassos.
- e) A **coragem** permite enfrentar os obstáculos que a **persistência** ajuda a superar.

11. A conjunção “ou” pode expressar uma escolha entre possibilidades ou ligar elementos considerados conjuntamente. Assinale a frase em que ela apresenta **valor de alternativa, com exclusão de uma das possibilidades**.

- a) O calor ou o frio intensos podem prejudicar as plantações.
- b) A pintura ou a escultura são formas de expressão artística.
- c) A comissão concluiu que não há recursos suficientes: ela aprovará o hospital ou a escola.
- d) A falta de recursos ou a ausência de planejamento comprometem a execução de obras.
- e) O ônibus ou o metrô são meios de transporte coletivo.

12. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave indicativo de crase está **incorreto**.

- a) A comissão atribuiu à falta de planejamento os atrasos na execução do projeto.
- b) As novas regras aplicam-se às instituições públicas e às que recebem recursos do governo.
- c) O documento faz referência à principal hipótese da pesquisa e à cuja comprovação os especialistas se dedicaram.
- d) A proposta apresentada pela diretora era semelhante à que os conselheiros haviam rejeitado.
- e) Os pesquisadores recorreram à mesma fonte de dados utilizada no levantamento anterior.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Stop shaming people for using AI. Start organizing to prevent our obsolescence

I don't need to tell you that people hate AI. The list of grievances is long: slop, cheating, bias, enfeeblement, electricity bills, environmental destruction, exploitation, theft, cybercrime, doom. But resistance to the technology has often taken the form of shaming people for personally using it, with precious little organizing against the companies building the machines. This is perplexing, given that those companies are attempting to render us obsolete.

The executives may contest this framing, offering some bromides about how AI will augment human work or how we'll simply find new jobs to do. But their clear goals are to create systems that so clearly surpass our abilities that we will have little hope of competing.

OpenAI [defines](#) its north star of artificial general intelligence (AGI) as “a highly autonomous system that outperforms humans at most economically valuable work”. And the Anthropic CEO, Dario Amodei, [writes](#): “AI isn't a substitute for specific human jobs but rather a general labor substitute for humans.”

The industry's ultimate ambition, what it calls AGI, is better understood as a universal labor-replacing machine. These systems would be able to do any work a human could do from a remote desk – leaving livelihoods safe to the extent a human touch is preferred, a physical presence is required, or the jobs themselves are legally protected.

You may doubt that the industry will ever succeed in its perverse quest, but we should agree that it shouldn't even be allowed to try.

We should [freeze](#) frontier AI development – that is, the effort to build AGI, and [only resume](#) the work when there is strong public buy-in and broad scientific consensus that it will be done safely and controllably.

But realizing this commonsense ideal will require us to get organized enough to overcome the richest industry in history. And that means changing the way we think about AI.

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2026/sep/29/ai-replace-humans>

13. The author's main proposal in the text is to:

- a) shame people who personally use AI tools.
- b) ban all current uses of AI in the workplace.
- c) Halt the development of frontier AI until robust safety standards achieve widespread scientific consensus and public support.
- d) support the industry's goal of achieving AGI as soon as possible.
- e) encourage people to find new jobs that AI cannot do.

14. According to the text, OpenAI defines its "north star" of artificial general intelligence as:

- a) a system that assists humans in their daily tasks.
- b) A system with high autonomy that beats human capabilities across most economic sectors.
- c) a technology that will create new jobs for everyone.
- d) a machine restricted to physical labor.
- e) a tool designed to reduce electricity consumption.

15. According to the first paragraph, the author associates the spread of artificial intelligence with a series of problems. Choose the option which is NOT one of them:

- a) the rise in household energy costs.
- b) the weakening of people's mental abilities.
- c) dishonest practices in academic work.
- d) the stealing of original content.
- e) the creation of well-paid jobs.

16. In the sentence "You may doubt that the industry will ever succeed ", "may" expresses:

- a) Suggestion
- b) Permission
- c) Obligation
- d) Possibility
- e) Deduction

17. In "offering some bromides about how AI will augment human work" (2nd paragraph), the word bromides is closest in meaning to:

- a) threats.
- b) platitudes.
- c) proofs.
- d) promises of money.
- e) prohibitions.

18. In "But realizing this commonsense ideal will require us to get organized enough to overcome the richest industry in history" (last paragraph), the underlined verb is closest in meaning to:

- a) join.
 - b) defeat.
 - c) finance.
 - d) imitate.
 - e) consult.
-

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

19. Em determinado setor de uma secretaria, 39 servidores foram consultados sobre a utilização de três sistemas eletrônicos, denominados A, B e C. Verificou-se que:

- 22 utilizam o sistema A;
- 18 utilizam o sistema B;
- 15 utilizam o sistema C;
- 8 utilizam simultaneamente A e B;
- 6 utilizam simultaneamente A e C;
- 5 utilizam simultaneamente B e C;
- 3 utilizam os três sistemas.

Sabendo que todos os 39 servidores utilizam pelo menos um dos três sistemas, o número de servidores que utilizam exatamente um dos sistemas é

- a) 26.
- b) 24.
- c) 25.
- d) 21.
- e) 28.

20. Um órgão público pretende distribuir um orçamento de R\$ 124.000,00 entre três projetos, P, Q e R. O valor destinado a Q será 20% maior que o destinado a P, enquanto o valor destinado a R será 25% menor que o destinado a Q.

O valor destinado ao projeto R será

- a) R\$ 32.000,00.
- b) R\$ 36.000,00.
- c) R\$ 34.000,00.
- d) R\$ 38.000,00.
- e) R\$ 40.000,00.

21. Considere a sequência numérica

3, 7, 15, 31, 63, ...

mantido o mesmo padrão de formação dos termos. O valor do oitavo termo dessa sequência é

- a) 255.
- b) 767.
- c) 511.
- d) 1.023.
- e) 1.279.

22. Um terreno retangular destinado à implantação de uma unidade administrativa possui área de 1.500 m². Sabe-se que seu comprimento é 20 m maior que sua largura.

Para cercar completamente o terreno, será necessário utilizar uma quantidade de tela, em metros, igual a

- a) 100.
- b) 110.
- c) 140.
- d) 120.
- e) 160.

23. Em uma pesquisa interna, foram registrados os tempos, em minutos, gastos por oito servidores para concluir determinada atividade:

12, 15, 15, 18, 20, 20, 22, 26.

Com base nesses dados, a média aritmética, a mediana e a amplitude dos tempos são, respectivamente,

- a) 18,0; 19; 14.
- b) 18,5; 18,5; 14.
- c) 19,0; 19; 16.
- d) 18,5; 19; 16.
- e) 18,5; 19; 14.

24. Uma comissão é formada por 5 servidores, sendo 3 homens e 2 mulheres. Dois servidores serão escolhidos aleatoriamente para participar de uma reunião externa, sem distinção de ordem.

A probabilidade de que a dupla escolhida seja formada por pelo menos uma mulher é

- a) $\frac{7}{10}$.
- b) $\frac{3}{10}$.
- c) $\frac{2}{5}$.
- d) $\frac{1}{2}$.
- e) $\frac{3}{5}$.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

25. O El Niño é um fenômeno climático acompanhado com atenção por cientistas devido aos impactos que pode provocar no planeta. Sobre esse fenômeno, assinale a alternativa **correta**:

- a) É provocado diretamente pelo aumento das emissões de gases de efeito estufa e ocorre apenas em períodos de intenso aquecimento global.
- b) Corresponde ao resfriamento anormal das águas superficiais do Oceano Atlântico, alterando principalmente o regime de chuvas na Europa.
- c) Trata-se de um fenômeno natural do sistema climático, caracterizado pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Pacífico Equatorial, capaz de alterar padrões de chuva e temperatura no mundo.
- d) É um fenômeno exclusivamente brasileiro, associado ao aumento da temperatura das águas do Oceano Atlântico Sul.
- e) É causado pelo desmatamento das florestas tropicais, que modifica diretamente a temperatura das águas do Oceano Pacífico.

26. Segundo dados da Coleção 11 do MapBiomias, divulgados em agosto de 2026, a cobertura de vegetação nativa no Brasil apresentou alterações nas últimas décadas. Sobre as transformações no uso da terra no país, assinale a alternativa correta:

- a) A vegetação nativa aumentou sua participação no território brasileiro desde 1985, principalmente pela recuperação de áreas da Amazônia e do Cerrado.
- b) A expansão das áreas urbanizadas foi a principal responsável pela substituição da vegetação nativa no território brasileiro.
- c) Entre 1985 e 2025, a vegetação nativa passou de aproximadamente 79% para 65% do território brasileiro, enquanto a agropecuária ampliou sua participação de cerca de 18% para 32%.
- d) A perda de vegetação nativa ocorreu exclusivamente na Amazônia, enquanto os demais biomas apresentaram estabilidade no período.
- e) Os dados indicam que áreas agropecuárias são menos vulneráveis aos extremos associados ao El Niño do que regiões cobertas por vegetação nativa.

27. Em 2026, o processo de escolha do novo secretário-geral da Organização das Nações Unidas ganhou destaque diante das discussões sobre a crise do multilateralismo. Entre os nomes que participaram da disputa, quem chegou a receber o apoio do Brasil, mas posteriormente retirou sua candidatura?

- a) Rebeca Grynspan, ex-vice-presidente da Costa Rica.
- b) Carolyn Rodrigues-Birkett, diplomata da Guiana.
- c) María Fernanda Espinosa, ex-presidente da Assembleia Geral da ONU.
- d) Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile.
- e) Alicia Bárcena, ex-secretária-executiva da Cepal.

28. Nas Eleições Gerais de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá papel central na organização e condução do processo eleitoral. Considerando a presidência da Corte e a identidade institucional criada para o pleito, assinale a alternativa **correta**:

- a) O TSE será presidido por André Mendonça, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Confirma.
- b) O TSE será presidido por Cármen Lúcia, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Votinho.
- c) O TSE será presidido por Gilmar Mendes, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Urninha.
- d) O TSE será presidido por Alexandre de Moraes, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Eleitora.
- e) O TSE será presidido por Kassio Nunes Marques, e a mascote oficial das eleições recebeu o nome de Pilili.

29. O crescimento do trabalho mediado por aplicativos tem ampliado o debate sobre a chamada uberização das relações de trabalho. Sobre esse fenômeno, assinale a alternativa **correta**:

- a) A uberização caracteriza-se pela ampliação do emprego público e pela estabilidade garantida aos trabalhadores vinculados às plataformas digitais.
- b) A uberização refere-se ao trabalho intermediado por plataformas digitais, marcado por flexibilidade, gestão algorítmica e maior transferência de riscos ao trabalhador.
- c) A uberização corresponde à substituição do trabalho informal por contratos formais, com jornada fixa e proteção trabalhista integral.
- d) A uberização ocorre apenas no transporte de passageiros e não alcança setores como entregas, serviços domésticos ou atividades profissionais.
- e) A uberização elimina a autonomia das empresas de tecnologia, que passam a seguir integralmente as regras tradicionais das relações de emprego.

30. “O Brasil repetiu em 2025 o desempenho que vem registrando desde 2015 no Pisa (sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), prova aplicada em 91 países e economias para avaliar alunos de 15 anos”. (Fonte: G1, setembro de 2026).

Sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Esta edição avaliou quatro áreas: ciências — o foco principal —, matemática, leitura e, pela primeira vez, resolução de problemas por meio de ferramentas computacionais.
- b) Com 377 pontos, o Brasil ficou em 71º entre os 89 países com dados na área de matemática — atrás de seis vizinhos latino-americanos e empatado com o Líbano.
- c) Ciências foi o foco da prova e onde o Brasil teve o melhor resultado relativo: 409 pontos, 67º lugar entre 90 países.
- d) Com 408 pontos, o Brasil ficou em 52º entre 89 países, empatado com México e Albânia. É a área em que o país está mais próximo do resto do mundo.
- e) Os Estados Unidos da América lideraram todas as áreas, com destaque para o desempenho em matemática que alcançou índices históricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Fábio Ramos*

31. O Brasil celebra acordo internacional com diversos países para promover a cooperação entre os povos e estabelecer mecanismos destinados à solução pacífica de conflitos. À luz da Constituição Federal, quais dispositivos constitucionais estão relacionados:

- a) Princípios das relações internacionais no contexto da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a solução pacífica dos conflitos.
- b) Refere-se aos fundamentos da República.
- c) Trata dos objetivos fundamentais.
- d) Não há dispositivos constitucionais relacionados no enunciado da questão.
- e) A cooperação entre os povos é um dos dispositivos, mas a solução pacífica dos conflitos não está dentro dos princípios que rege as Relações Internacionais.

32. Consoante a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) preservação das florestas, da fauna e da flora;
- b) defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;
- c) assistência jurídica e Defensoria pública;
- d) programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- e) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

33. De acordo com a Constituição Federal, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

- 1 - () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez

dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal

- 2 - () Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes

- 3 - () Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V, F
- b) F, F, V
- c) V, V, F
- d) V, V, V
- e) F, F, F

34. O Brasil possui um Poder Legislativo federal organizado de forma bicameral. Considerando a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O Poder Legislativo federal é exercido exclusivamente pelo Senado Federal, enquanto a Câmara dos Deputados exerce função consultiva.
- b) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal possuem composição idêntica, diferenciando-se apenas quanto à duração dos mandatos.
- c) O Congresso Nacional é formado pelo Senado Federal e pelas Assembleias Legislativas dos Estados.
- d) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo a Câmara composta por representantes do povo e o Senado por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- e) A Câmara dos Deputados representa os Estados e o Distrito Federal

35. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- a) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa
- b) autorizar, por metade de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado
- c) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa
- d) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa
- e) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal

36. À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O Ministério Público deve atuar na representação judicial e na consultoria jurídica de entidades públicas.
- b) O membro do Ministério Público está obrigado a seguir qualquer determinação de seu superior hierárquico, em razão do princípio da hierarquia.
- c) O Ministério Público somente pode defender interesses individuais disponíveis.
- d) O Ministério Público pode exercer a advocacia.
- e) O Ministério Público pode promover inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

37. De acordo com a Constituição Federal, assinale V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

- () A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.
- () O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos
- () Uma das condições de elegibilidade é que, na forma da lei, para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, a idade mínima de trinta e cinco anos.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V, V
- b) V, F, V
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) V, V, F

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

38. Laura é proprietária de um estabelecimento comercial fiscalizado pelo Município Alfa. Durante inspeção realizada no local, Renato, agente público regularmente investido em suas funções, lavrou auto de infração no qual registrou que determinadas mercadorias estavam armazenadas em condições incompatíveis com as normas sanitárias aplicáveis. Com fundamento nas informações registradas pelo fiscal, a Administração impôs à Laura a correspondente medida administrativa.

Inconformada, a comerciante afirmou que os fatos descritos por Renato jamais ocorreram e que o ato deveria deixar imediatamente de produzir efeitos pelo simples fato de ter sido contestado. Sustentou, ainda, que caberia integralmente ao Município demonstrar, antes de exigir qualquer cumprimento, tanto a conformidade jurídica do ato quanto a veracidade de cada circunstância registrada pelo agente público.

Considerando a situação apresentada e os atributos da presunção de legitimidade e da presunção de veracidade, assinale a alternativa **correta**.

- a) A presunção de legitimidade possui natureza absoluta, de modo que, uma vez regularmente editado o ato administrativo, Laura não poderá demonstrar sua ilegalidade perante a própria Administração ou perante o Poder Judiciário, ainda que possua elementos suficientes para comprovar o vício.
- b) A presunção de legitimidade recai exclusivamente sobre os fatos narrados pela Administração, enquanto a presunção de veracidade significa que o ato foi editado em conformidade com todas as leis e princípios vigentes, razão pela qual ambas possuem conteúdos distintos daqueles normalmente atribuídos pela doutrina administrativa.
- c) O simples questionamento administrativo ou judicial formulado por Laura é suficiente para retirar imediatamente a eficácia do auto de

infração, pois a contestação do particular suspende automaticamente os efeitos decorrentes da presunção de legitimidade até que a Administração demonstre a validade do ato.

- d) O auto de infração é inicialmente considerado editado em conformidade com o direito em razão da presunção de legitimidade, enquanto os fatos registrados pelo agente público são presumidos verdadeiros em razão da presunção de veracidade; ambas as presunções são relativas, permitindo que Laura demonstre a ilegalidade do ato ou a incorreção dos fatos nele consignados.
- e) A presunção de legitimidade somente acompanha atos administrativos vinculados, uma vez que, nos atos discricionários ou punitivos, a margem de atuação atribuída ao agente público impede que se presuma previamente a conformidade da manifestação administrativa com o ordenamento jurídico

39. Cláudia é diretora de determinado departamento pertencente a uma autarquia federal. Ao revisar a atuação dos setores sob sua coordenação, verificou que Paulo, servidor subordinado, havia praticado ato administrativo que, embora não apresentasse ilegalidade, mostrava-se inconveniente para o funcionamento da unidade.

Em outro procedimento, dois órgãos internos declararam-se simultaneamente competentes para decidir a mesma matéria. Por fim, diante do elevado volume de trabalho, Cláudia cogitou delegar parte de determinada competência administrativa a titular de outro órgão da entidade que não lhe era hierarquicamente subordinado.

Um assessor sustentou que o poder hierárquico permitiria apenas a emissão de ordens diretas aos subordinados, não abrangendo fiscalização, revisão de atos, solução de conflitos de competência ou delegação de atribuições.

Considerando as características e prerrogativas decorrentes do poder hierárquico, assinale a alternativa **correta**.

- a) O assessor está correto, pois o poder hierárquico limita-se ao poder de ordenar e exigir obediência dos agentes subordinados, não abrangendo revisão de atos administrativos, delegação, avocação ou solução de conflitos internos.
- b) O poder hierárquico permite à autoridade superior ordenar, fiscalizar e rever a atuação dos subordinados, além de solucionar conflitos internos de competência; a delegação, quando juridicamente admitida, pode alcançar inclusive órgão ou titular que não seja hierarquicamente subordinado ao delegante.
- c) A delegação administrativa exige necessariamente relação de subordinação entre delegante e delegado, sendo juridicamente impossível atribuir o exercício de determinada competência a órgão situado no mesmo nível hierárquico.
- d) A avocação permite que a autoridade superior assuma definitivamente qualquer competência atribuída a órgão inferior, inclusive competências

exclusivas, sem necessidade de excepcionalidade ou de fundamentação específica.

- e) Como Cláudia exerce suas funções em uma autarquia, o poder hierárquico não pode ser utilizado, pois a hierarquia administrativa somente se manifesta no âmbito dos órgãos que integram diretamente União, Estados, Distrito Federal e Municípios

40. O Prefeito do Município Alfa, após receber diversas reclamações sobre o descarte de resíduos nas vias públicas, constatou que não existia lei municipal proibindo especificamente que motoristas lançassem pequenos objetos pela janela de seus veículos nem norma legal que previsse sanção pecuniária para essa conduta.

Diante da demora estimada para aprovação de projeto de lei pela Câmara Municipal, o Prefeito decidiu solucionar imediatamente o problema mediante decreto, estabelecendo a proibição e fixando multa de R\$ 500,00 para os infratores.

Poucos dias depois, Beatriz foi autuada exclusivamente com fundamento nesse decreto. Ao apresentar defesa administrativa, sustentou que, embora a finalidade ambiental da medida pudesse ser considerada relevante, a Administração não poderia criar originariamente obrigação e sanção aos particulares por simples ato administrativo.

Considerando o princípio da legalidade, sua incidência sobre os particulares e sobre a Administração Pública e os limites impostos à atuação administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- a) A multa aplicada a Beatriz é válida, pois o Chefe do Poder Executivo pode criar diretamente obrigações e sanções por meio de decreto sempre que demonstrar que a providência possui finalidade de interesse coletivo e não contraria expressamente lei existente.
- b) O princípio da legalidade confere aos particulares e aos agentes públicos exatamente a mesma liberdade jurídica, de modo que ambos podem praticar qualquer conduta que não esteja expressamente proibida pelo ordenamento, cabendo à lei apenas estabelecer os limites posteriores da atuação.
- c) A penalidade é incompatível com o princípio da legalidade, pois, em relação aos particulares, prevalece a liberdade para praticar aquilo que não esteja juridicamente proibido, enquanto a Administração somente pode atuar quando existir

fundamento jurídico que autorize ou determine sua conduta, não podendo simples decreto criar originariamente obrigação e sanção sem suporte legal.

- d) A ausência de lei não impede a atuação do Prefeito, pois, no exercício da discricionariedade administrativa, a autoridade pública pode adotar qualquer medida considerada conveniente e oportuna à coletividade, ainda que inexista autorização jurídica prévia para a providência escolhida.
- e) O decreto municipal é suficiente para impor validamente a obrigação porque todo ato normativo de conteúdo geral e abstrato deve ser considerado equivalente à lei formal, independentemente do órgão responsável por sua edição e do procedimento adotado para sua formação

41. O Estado Alfa exercia diretamente, por intermédio de uma secretaria estadual, atividades de fiscalização ambiental e aplicação de medidas administrativas relacionadas à proteção do meio ambiente. Com o aumento da complexidade técnica dessas atribuições e a necessidade de especialização administrativa, o Governador encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa para criar uma autarquia estadual destinada exclusivamente ao setor ambiental.

A lei específica foi aprovada e conferiu à nova entidade personalidade jurídica própria, patrimônio e capacidade de autoadministração, transferindo-lhe tanto a titularidade quanto a responsabilidade pela execução da atividade administrativa, sem estabelecer prazo determinado para o exercício dessas atribuições. Durante treinamento de novos servidores, surgiram dúvidas sobre a natureza jurídica dessa reorganização administrativa.

Considerando a organização da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- a) A hipótese caracteriza descentralização administrativa por serviços ou outorga, pois o ente político criou, mediante lei específica, uma entidade administrativa dotada de personalidade jurídica própria e lhe transferiu tanto a titularidade quanto a execução da atividade administrativa.
- b) A hipótese caracteriza descentralização territorial ou geográfica, pois a autarquia foi criada por um Estado-membro para exercer atividades de fiscalização ambiental dentro dos limites territoriais estaduais, sendo a delimitação geográfica de sua atuação suficiente para caracterizar essa modalidade de descentralização.
- c) A situação caracteriza simples desconcentração administrativa, pois a criação de estrutura especializada dentro do Estado não configura descentralização enquanto a entidade criada permanecer vinculada à Administração Pública estadual.
- d) A outorga somente poderia transferir a execução material do serviço, pois a titularidade da atividade

administrativa é sempre indelegável e deve permanecer necessariamente com o ente político responsável por sua instituição.

- e) A criação de autarquia não constitui forma de descentralização administrativa, pois somente empresas públicas e sociedades de economia mista podem receber atividades antes executadas diretamente pelos entes políticos

42. Mariana, diretora de gestão de pessoas de determinado órgão público federal, praticou dois atos administrativos distintos no exercício regular de suas atribuições. No primeiro caso, concedeu determinada vantagem funcional a um servidor, mas, posteriormente, a autoridade hierarquicamente superior constatou que a decisão contrariava disposição legal expressa aplicável à matéria.

No segundo caso, Mariana autorizou regularmente determinada medida administrativa, plenamente compatível com a legislação, mas, algum tempo depois, verificou-se que sua manutenção havia se tornado inconveniente e inoportuna diante de mudanças relevantes na organização do serviço público.

Ao analisar as duas situações, um assessor sustentou que a Administração não poderia desfazer diretamente nenhum dos atos, pois, depois de produzidos os respectivos efeitos, somente o Poder Judiciário teria competência para retirá-los do mundo jurídico.

Considerando o controle administrativo, o poder-dever de autotutela e a distinção entre controle de legalidade e controle de mérito, assinale a alternativa **correta**.

- a) A afirmação do assessor está correta, pois, depois de produzir efeitos jurídicos, o ato administrativo deixa de se submeter ao controle da própria Administração, cabendo exclusivamente ao Poder Judiciário reconhecer sua ilegalidade ou avaliar sua conveniência e oportunidade.
- b) A Administração somente poderá anular ou revogar os atos depois de provocação formal do interessado prejudicado, uma vez que o exercício do controle administrativo de ofício violaria o princípio da inércia aplicável à Administração Pública.
- c) A Administração poderá revogar o primeiro ato em razão da ilegalidade e anular o segundo por ausência superveniente de conveniência e oportunidade, já que a anulação e a revogação

constituem formas equivalentes de exercício da autotutela administrativa.

- d) O controle administrativo descrito somente poderia ser exercido caso os atos tivessem sido praticados no âmbito do Poder Executivo, pois os órgãos administrativos integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário não possuem competência para controlar seus próprios atos.
- e) No exercício do controle administrativo, a própria Administração poderá anular o primeiro ato, caso constatada sua ilegalidade, e revogar o segundo, caso conclua que, embora válido, deixou de ser conveniente ou oportuno, pois a autotutela abrange tanto o controle de legalidade quanto o controle de mérito

43. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021, o sistema de registro de preços constitui um procedimento destinado ao registro formal de preços relativos à prestação de serviços, à execução de obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras. Considerando as disposições legais que disciplinam esse sistema, assinale a alternativa **correta**.

- a) O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens poderá ser adotado quando a Administração demonstrar que a contratação conjunta proporciona vantagem econômica em relação à adjudicação individual, ainda que seja tecnicamente viável promover a adjudicação por item, desde que o edital estabeleça critérios objetivos de aceitabilidade dos preços unitários máximos e assegure a obtenção da proposta global mais vantajosa.
- b) A existência de preços registrados em ata gera compromisso de fornecimento por parte do licitante vencedor e estabelece, para a Administração, a obrigação de realizar as contratações correspondentes aos quantitativos registrados durante o período de vigência, não sendo admitida a realização de licitação específica para o mesmo objeto enquanto houver fornecedor apto a atender às condições originalmente estabelecidas.
- c) Na primeira licitação para determinado objeto, quando o órgão ou entidade não possuir registro de demandas anteriores, será admitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem definição do quantitativo total a ser adquirido, desde que seja indicado o valor máximo da despesa e não seja permitida a participação de outro órgão ou entidade na respectiva ata, observadas as demais exigências legais aplicáveis.
- d) A ata de registro de preços terá vigência inicial de um ano, admitida sua prorrogação por igual período, desde que permaneçam inalteradas as condições originalmente estabelecidas na licitação e o fornecedor manifeste interesse na

continuidade do compromisso assumido, sendo dispensada nova comprovação da vantajosidade dos preços registrados quando não houver alteração dos valores inicialmente pactuados.

- e) O órgão ou entidade gerenciadora deverá realizar, durante a fase preparatória da licitação, procedimento público de intenção de registro de preços, assegurando aos demais órgãos e entidades interessados o prazo mínimo de oito dias corridos para manifestação de interesse na participação da ata, sendo obrigatória a realização desse procedimento mesmo quando o órgão gerenciador for o único contratante interessado no objeto

44. O Município de Vale Claro enfrenta dificuldades para manter a prestação regular do serviço público de transporte coletivo municipal e decidiu avaliar a possibilidade de delegar sua execução à iniciativa privada.

Para conduzir os estudos necessários, a prefeita Helena designou uma equipe administrativa responsável por examinar as modalidades de delegação previstas na Lei nº 8.987/1995, considerando as características do serviço, as condições exigidas dos interessados e as responsabilidades que permanecerão sob a competência do Município.

Durante os estudos, três interessados manifestaram intenção de assumir a prestação do serviço: a empresa Rota Certa Ltda., regularmente constituída como pessoa jurídica; o consórcio Via Livre, formado por duas empresas do setor de transporte; e Bruno, motorista autônomo que atua como pessoa física e possui experiência na prestação de serviços de transporte.

A equipe também examinou a possibilidade de utilização da concessão ou da permissão de serviço público, levando em consideração as exigências relativas à licitação, ao prazo da delegação, à assunção dos riscos da atividade, à formalização contratual e à fiscalização da prestação do serviço.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa **correta**.

- a) Caso o Município opte pela concessão do serviço público, poderá delegar sua prestação a Bruno, pessoa física, desde que ele demonstre capacidade para o desempenho da atividade, seja selecionado mediante licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo e assuma integralmente os riscos da exploração. Nessa hipótese, a experiência profissional do interessado e o atendimento das exigências licitatórias permitirão sua equiparação às pessoas jurídicas e aos consórcios de empresas para fins de recebimento da concessão.
- b) Caso o Município opte pela permissão do serviço público, poderá delegar sua prestação a Bruno,

pessoa física, mediante licitação, a título precário, desde que ele demonstre capacidade para o desempenho da atividade e assuma sua execução por sua conta e risco. A possibilidade de delegação nessa modalidade não depende da constituição de pessoa jurídica pelo interessado, uma vez que a legislação admite expressamente a participação de pessoas físicas na prestação de serviços públicos mediante permissão.

- c) Caso o Município decida delegar a prestação do serviço público ao consórcio Via Livre mediante concessão, poderá estabelecer prazo indeterminado para a exploração da atividade, desde que as empresas integrantes demonstrem capacidade para o desempenho do serviço e assumam integralmente os riscos da prestação. Nessa hipótese, a ausência de prazo previamente definido será compensada pela responsabilidade do concessionário quanto à continuidade da atividade delegada e pelo atendimento das condições estabelecidas no edital de licitação.
- d) Caso o Município decida conceder o serviço público à empresa Rota Certa Ltda., a publicação prévia de ato administrativo justificando a conveniência da delegação, com a caracterização de seu objeto, área e prazo, dispensará a celebração de contrato de concessão. Nessa situação, o ato justificativo e o edital de licitação serão suficientes para formalizar a delegação, desde que a empresa vencedora tenha demonstrado capacidade para a prestação do serviço e assumido os riscos decorrentes de sua execução.
- e) Caso o Município delegue a prestação do serviço público à empresa Rota Certa Ltda., a fiscalização das atividades executadas passará a ser exercida exclusivamente pelos usuários, em razão da transferência da prestação do serviço à iniciativa privada. Nessa hipótese, a competência fiscalizatória do poder concedente ficará restrita à etapa anterior à delegação, cabendo aos usuários verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela concessionária durante a execução do serviço

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

45. Após a Emenda Constitucional nº 132/2023, o Estado Alfa promoveu estudos para adequar sua legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ao novo desenho constitucional. Considerando exclusivamente as normas introduzidas por essa emenda, assinale a afirmativa correta.

- a) As alíquotas mínimas do IPVA serão fixadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), mediante deliberação unânime dos Estados e do Distrito Federal.
- b) As alíquotas do IPVA poderão ser diferenciadas apenas em razão do tipo e do valor do veículo.
- c) A incidência constitucional do IPVA continua restrita aos veículos automotores terrestres, cabendo a lei complementar criar, se entender conveniente, a tributação de embarcações e aeronaves.
- d) Não se incluem no campo de incidência constitucional do IPVA as aeronaves agrícolas nem as aeronaves de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- e) Os tratores e as máquinas agrícolas somente estão excluídos do IPVA quando não forem aptos a transitar em vias públicas.

46. No processo de regulamentação da reforma tributária, cogitou-se estabelecer disciplina não coincidente para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). À luz do Art. 149-B da Constituição Federal, assinale a opção cuja adoção, por si só, não viola a exigência constitucional de regras comuns aos dois tributos.

- a) Prever fatos geradores diferentes para o IBS e para a CBS.
- b) Reconhecer imunidade aplicável apenas à CBS, embora a mesma situação esteja compreendida no campo material do IBS.

c) Definir sujeitos passivos distintos para operações submetidas simultaneamente aos dois tributos.

d) Adotar regras diversas de não cumulatividade e de creditamento.

e) Admitir alíquotas distintas para o IBS e para a CBS, observadas as regras constitucionais próprias de fixação de cada uma.

47. A Associação Horizonte, instituição de educação sem fins lucrativos que atende aos requisitos legais, é proprietária de um imóvel urbano alugado a uma sociedade empresária. A totalidade dos aluguéis é aplicada na manutenção das atividades educacionais da associação. O Município pretende cobrar IPTU sobre o imóvel. Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O IPTU é devido, pois a exploração econômica do imóvel por terceiro afasta necessariamente a imunidade da proprietária.
- b) O imóvel permanece imune ao IPTU, desde que os aluguéis sejam aplicados nas finalidades para as quais a associação foi constituída.
- c) A desoneração depende de lei municipal que converta a imunidade constitucional em isenção.
- d) A imunidade alcança apenas os imóveis ocupados diretamente por salas de aula ou por setores administrativos da associação.
- e) Reconhecida a imunidade ao IPTU, fica igualmente afastada eventual taxa municipal decorrente do exercício regular do poder de polícia sobre o imóvel.

48. A respeito do conceito e da classificação dos tributos no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. A multa aplicada pelo descumprimento de obrigação tributária não é tributo, pois constitui sanção por ato ilícito.
- II. O imposto é tributo cujo fato gerador independe de atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- III. A taxa pode ser instituída para custear serviço público geral e indivisível, desde que sua arrecadação seja integralmente destinada a esse serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

49. O Estado Ômega, por lei, atribuiu a uma autarquia estadual as funções de arrecadar e fiscalizar determinado imposto estadual, bem como de executar atos e decisões administrativas relacionados à exação. O diploma previu, também, que a atribuição poderá ser revogada unilateralmente pelo Estado. À luz dos Arts. 6º e 7º do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) A atribuição é válida e transfere capacidade tributária ativa, mas a competência legislativa plena permanece com o Estado; além disso, a atribuição pode ser revogada a qualquer tempo por ato unilateral do ente que a conferiu.
- b) A lei transferiu à autarquia a própria competência tributária, que inclui o poder de instituir e majorar o imposto por ato normativo próprio.
- c) A competência tributária e todas as funções de arrecadação e fiscalização são absolutamente indelegáveis.

d) Apenas pessoas jurídicas de direito privado podem receber o encargo de arrecadar tributos, hipótese em que passam a exercer competência tributária derivada.

e) Se a autarquia receber integralmente o produto da arrecadação, a competência legislativa sobre o imposto será automaticamente transferida a ela.

50. A sociedade empresária Delta deixou de recolher tributo sujeito a lançamento de ofício. Anos depois, seus administradores solicitaram parecer para distinguir o prazo de que dispõe a Fazenda para constituir o crédito daquele aplicável à cobrança judicial do crédito já definitivamente constituído. À luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) A decadência atinge o direito de a Fazenda constituir o crédito tributário, enquanto a prescrição atinge a ação para cobrar o crédito definitivamente constituído.
- b) A decadência e a prescrição começam sempre na data da ocorrência do fato gerador e possuem idêntico objeto.
- c) A notificação válida do lançamento dá início a novo prazo decadencial para que a Fazenda constitua o mesmo crédito.
- d) O reconhecimento extrajudicial do débito pelo devedor interrompe tanto a decadência quanto a prescrição.
- e) Decadência e prescrição apenas suspendem a exigibilidade do crédito tributário, que volta a ser cobrável quando cessar a causa suspensiva.

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

51. O modelo burocrático de administração pública, sistematizado a partir do pensamento de Max Weber, surgiu como resposta a características do modelo que o antecedeu e trouxe consigo elementos que buscavam conferir racionalidade à atuação estatal.

A respeito dos modelos patrimonialista e burocrático de administração pública, assinale a opção correta.

- a) No modelo patrimonialista, a separação entre o patrimônio público e o privado constitui o eixo central da organização administrativa.
- b) A burocracia weberiana tem como fundamento de legitimidade a tradição transmitida entre gerações de governantes.
- c) O modelo burocrático adota a impessoalidade, a hierarquia e a formalização de normas como instrumentos de racionalidade administrativa.
- d) O clientelismo e o nepotismo são características próprias do modelo gerencial, decorrentes da busca por resultados.
- e) A administração gerencial precede historicamente a administração burocrática na trajetória dos Estados modernos.

52. Ao analisar a estrutura burocrática, autores como Robert Merton identificaram consequências não previstas que podem comprometer o desempenho das organizações regidas por esse modelo, as chamadas disfunções da burocracia.

Assinale a opção que apresenta uma disfunção da burocracia.

- a) O apego exagerado às normas, que passam a ser tratadas como fins em si mesmas, e não como meios para atingir os objetivos.
- b) A definição de competências e atribuições com base em normas escritas e previamente conhecidas.

c) A seleção e a promoção de servidores fundadas no mérito e na competência técnica.

d) A hierarquia de autoridade que ordena de forma clara os níveis de comando.

e) A especialização das tarefas conforme a divisão racional do trabalho.

53. Os paradigmas contemporâneos da administração pública propõem diferentes respostas às limitações da Nova Gestão Pública, incorporando preocupações com valores públicos, redes de atores e coordenação governamental.

Sobre a Nova Gestão Pública e os paradigmas contemporâneos da gestão pública, assinale a opção correta.

- a) A Nova Gestão Pública rejeita a adoção de ferramentas gerenciais oriundas do setor privado.
- b) O Estado Neoweberiano caracteriza-se por descartar os elementos burocráticos clássicos, substituindo-os por lógicas de mercado.
- c) A Nova Governança Pública concentra a produção de políticas em um único ator estatal central.
- d) A abordagem Whole-of-Government (governo integrado) tem por objetivo aprofundar a fragmentação entre os órgãos setoriais.
- e) A Nova Governança Pública valoriza a atuação em redes e a interdependência entre atores estatais e sociais na produção de valor público.

54. A trajetória das reformas administrativas no Brasil registra marcos que buscaram, em diferentes momentos, superar características patrimoniais e, posteriormente, rigidezes de natureza burocrática.

A respeito da evolução e das reformas da administração pública brasileira, assinale a opção correta.

- a) A criação do DASP, na década de 1930, teve por objetivo consolidar as práticas patrimonialistas no serviço público federal.
- b) O Decreto-Lei nº 200/1967 promoveu a descentralização administrativa e estimulou a expansão da administração indireta.
- c) A Reforma Burocrática de 1936 introduziu no país os princípios da administração gerencial orientada a resultados.
- d) O Decreto-Lei nº 200/1967 caracterizou-se pela concentração das atividades no âmbito da administração direta.
- e) O Programa Nacional de Desburocratização, dos anos 1980, teve como foco a ampliação de controles e formalidades processuais.

55. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, propôs uma nova organização das atividades estatais, distinguindo setores de atuação e diferentes formas de propriedade e de administração.

Sobre o PDRAE de 1995, assinale a opção correta.

- a) O núcleo estratégico do Estado deveria ser regido preponderantemente pela administração gerencial, afastando-se do modelo burocrático.
- b) Os serviços não exclusivos do Estado deveriam ser transferidos para o âmbito da administração direta.
- c) As atividades exclusivas de Estado deveriam ser repassadas ao setor privado por meio de privatização.
- d) A reforma classificou as funções estatais em setores, entre eles o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado.

e) A administração pública burocrática foi apontada como o modelo ideal para o setor de produção de bens e serviços para o mercado.

56. As organizações públicas incorporaram, ao longo do tempo, ferramentas gerenciais voltadas à melhoria de desempenho e à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Sobre os instrumentos e as ferramentas de gestão pública, assinale a opção correta.

- a) O benchmarking consiste na comparação sistemática de processos e resultados com referências reconhecidas como boas práticas.
- b) A reengenharia caracteriza-se por promover melhorias graduais e incrementais nos processos já existentes.
- c) O planejamento estratégico volta-se ao detalhamento das rotinas operacionais de curtíssimo prazo.
- d) A avaliação de desempenho tem por finalidade dispensar a definição prévia de metas e objetivos organizacionais.
- e) A aprendizagem organizacional corresponde à capacitação formal individual dos servidores realizada em sala de aula.

57. No estudo do comportamento organizacional, os conceitos de cultura e de clima, embora relacionados, possuem significados distintos e não devem ser confundidos.

A respeito de cultura e clima organizacional, assinale a opção correta.

- a) O clima organizacional corresponde ao conjunto de pressupostos básicos e valores profundos consolidados ao longo da história da organização.
- b) A cultura organizacional refere-se à percepção momentânea dos servidores sobre o ambiente de trabalho.
- c) O clima organizacional, por refletir a estrutura mais profunda da organização, mantém-se estável diante de variações de curto prazo.
- d) A cultura organizacional expressa-se por meio de artefatos, valores compartilhados e pressupostos, influenciando o comportamento dos seus membros.
- e) A gestão da mudança organizacional pode ser conduzida sem considerar a cultura vigente, bastando o suporte de decisões formais.

58. A administração pública contemporânea tem ampliado os mecanismos de participação social e de promoção da ética e da integridade na gestão.

Sobre processos participativos, ética e integridade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) O orçamento participativo caracteriza-se por reservar a definição das prioridades de despesa ao corpo técnico da administração.
- b) O compliance na administração pública abrange o conjunto de mecanismos voltados à conformidade legal e à prevenção de desvios de conduta.
- c) Os conselhos de gestão de políticas públicas possuem natureza consultiva, não se admitindo, no arranjo institucional brasileiro, conselhos com poder deliberativo.
- d) A ética no exercício da função pública corresponde ao cumprimento das normas de natureza penal aplicáveis ao servidor.

e) As parcerias entre governo e sociedade civil implicam a transferência da titularidade das políticas públicas às organizações privadas.

59. Os conceitos de governabilidade, governança e accountability são centrais para a compreensão da gestão pública contemporânea, ainda que sejam frequentemente confundidos entre si.

A respeito de governabilidade, governança e accountability, assinale a opção correta.

- a) A governabilidade refere-se à capacidade técnica e operacional de implementar políticas, sem relação com o apoio político ao governo.
- b) A governança pública diz respeito às condições de legitimidade e de sustentação política dos governos.
- c) A accountability corresponde à prestação de contas de natureza estritamente contábil e financeira.
- d) A dimensão horizontal da accountability refere-se ao controle exercido diretamente pelos cidadãos por meio do voto.
- e) A governança pública compreende os arranjos e as capacidades de coordenação, direção e controle voltados à geração de valor público.

60. A modernização da gestão pública envolve a distinção entre o desempenho quanto aos meios e quanto aos resultados, expressa nos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade.

Sobre eficiência, eficácia e efetividade e a inovação no setor público, assinale a opção correta.

- a) A eficácia relaciona-se à melhor utilização dos recursos disponíveis na execução das atividades.
- b) A efetividade mede o cumprimento das metas de produção previstas, sem considerar os impactos gerados.
- c) A efetividade diz respeito aos impactos e às transformações sociais efetivamente produzidos pela ação pública.
- d) A eficiência avalia se os objetivos e as metas planejados foram alcançados.
- e) Os laboratórios de inovação no setor público destinam-se a ocupar o lugar das estruturas formais de decisão da administração.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Alexandre Baeta

61. Em relação aos instrumentos de planejamento e orçamento previstos na Constituição Federal de 1988, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- III. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que

incompatíveis com o plano plurianual, desde que indiquem os recursos necessários.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

62. Na análise do projeto de lei orçamentária anual do Estado Beta, a comissão de orçamento da Assembleia Legislativa identificou as seguintes situações:

- (1) as receitas de uma autarquia estadual foram incluídas no projeto apenas pelo seu saldo líquido, já deduzidas as despesas de arrecadação;
- (2) as receitas e as despesas de uma fundação instituída e mantida pelo Poder Público foram aprovadas por decreto do Executivo, fora da lei orçamentária;
- (3) um dos artigos do projeto alterava o regime de progressão funcional dos servidores da Secretaria de Fazenda.

Os princípios orçamentários violados nas situações (1), (2) e (3) são, respectivamente, os princípios

- a) da especificação, da unidade e da legalidade.
- b) do equilíbrio, da anualidade e da não afetação.
- c) da universalidade, da especificação e da programação.
- d) da totalidade, da publicidade e do não estorno.
- e) do orçamento bruto, da universalidade e da exclusividade

63. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual passaram a ter caráter impositivo a partir de sucessivas emendas constitucionais, que alteraram a dinâmica da execução orçamentária no País.

Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- a) A execução das programações oriundas de emendas individuais é obrigatória mesmo nos casos de impedimentos de ordem técnica, em razão do caráter impositivo.
- b) O caráter impositivo alcança apenas as emendas de bancada, sendo meramente autorizativa a execução das emendas individuais.
- c) Os montantes de execução obrigatória das emendas individuais não podem ser reduzidos, ainda que a reestimativa da receita e da despesa indique risco de descumprimento da meta de resultado fiscal.
- d) As emendas individuais serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- e) Os recursos de emendas individuais destinados a ações e serviços públicos de saúde podem custear o pagamento de pessoal e encargos sociais das unidades de saúde

64. Em setembro de determinado exercício, o Estado Gama decidiu implementar programa de reforma de escolas técnicas que não estava contemplado na lei orçamentária anual vigente. Não havia situação de urgência nem imprevisibilidade. A lei que autorizou a abertura do crédito foi promulgada em 10 de outubro, e, em 31 de dezembro, restava saldo não executado.

Com base na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- a) Deveria ser aberto crédito suplementar, autorizado por lei e aberto por decreto, cujo saldo poderá ser reaberto no exercício seguinte.

- b) Deveria ser aberto crédito especial, autorizado por lei, aberto por decreto e precedido de indicação dos recursos disponíveis; o saldo poderá ser reaberto e incorporado ao orçamento do exercício subsequente, pois o ato de autorização foi promulgado nos últimos quatro meses do exercício.

- c) Deveria ser aberto crédito extraordinário, por decreto do Executivo, dispensadas a autorização legislativa prévia e a indicação de recursos.

- d) Deveria ser aberto crédito especial, cujo saldo será necessariamente cancelado em 31 de dezembro, em respeito ao princípio da anualidade.

- e) Deveria ser aberto crédito especial que, por ter sido autorizado em lei específica, dispensa exposição justificativa e indicação de fonte de recursos

65. A Prefeitura do Município Épsilon aprovou um plano de modernização orçamentária com três medidas:

- (i) todas as despesas passam a ser justificadas integralmente a cada ciclo, sem considerar automaticamente os valores do exercício anterior;
- (ii) assembleias regionais com a população passam a definir parte das prioridades de investimento incluídas na proposta orçamentária;
- (iii) será publicada versão simplificada e didática da lei orçamentária, para que o cidadão compreenda como os recursos públicos serão aplicados.

As medidas (i), (ii) e (iii) correspondem, respectivamente, ao

- a) orçamento de desempenho, orçamento-programa e orçamento participativo.

- b) orçamento-programa, orçamento participativo e orçamento tradicional.

- c) orçamento base zero, orçamento-programa e orçamento por desempenho.

- d) orçamento tradicional, orçamento base zero e orçamento participativo.

- e) orçamento base zero, orçamento participativo e orçamento cidadão

66. O Governador do Estado Sigma encaminhou projeto de lei concedendo isenção de ICMS, em caráter não geral, às indústrias de determinado setor que se instalarem no interior do Estado.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão do benefício deverá

a) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes, dispensado o atendimento à lei de diretrizes orçamentárias.

b) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das condições previstas na LRF: demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e não afetará as metas fiscais, ou medidas de compensação por meio do aumento de receita.

c) ser compensada, alternativamente, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, tal como ocorre com as despesas obrigatórias de caráter continuado.

d) dispensar a estimativa de impacto, pois somente a isenção em caráter geral é considerada renúncia de receita pela LRF.

e) produzir efeitos imediatamente, quando amparada em medida de compensação, independentemente da implementação dessa medida

67. Em relação às classificações da despesa orçamentária, avalie as afirmativas a seguir.

I. A classificação funcional é composta por funções e subfunções, e as subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.

II. Na classificação programática, o projeto é o instrumento de programação que envolve operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

III. A classificação institucional reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em órgão orçamentário e unidade orçamentária.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas

68. Sobre os estágios da execução da despesa orçamentária, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, e tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar.

() O pré-empenho é estágio obrigatório da execução da despesa previsto na Lei nº 4.320/1964, e sua ausência torna nulo o empenho subsequente.

() Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho, mas não o próprio empenho.

() O pagamento poderá preceder a liquidação quando houver disponibilidade de caixa e urgência devidamente justificada pelo ordenador.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V – F – V – F.

b) V – V – F – F.

c) F – F – V – V.

d) V – F – F – V.

e) F – V – V – F

69. O contrato de vigilância de uma autarquia estadual venceu em 30 de novembro de X1 e, por falha de gestão, não foi renovado a tempo. Dada a essencialidade do serviço, a empresa continuou a prestá-lo em dezembro, sem o devido empenho, embora o orçamento de X1 consignasse crédito próprio com saldo suficiente. Em fevereiro de X2, após regular processo, a autarquia reconheceu a dívida.

Nesse caso, a despesa relativa a dezembro de X1 deverá ser

- a) inscrita em restos a pagar não processados de X1, com data retroativa a 31 de dezembro.
- b) paga à conta de dotação específica consignada no orçamento de X2 para despesas de exercícios anteriores, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
- c) atendida por crédito extraordinário, por se tratar de despesa imprevisível e urgente.
- d) registrada como despesa extraorçamentária, sem impacto no resultado orçamentário de X2.
- e) empenhada em X2 no elemento de despesa original, sem qualquer distinção em relação às despesas correntes do exercício

70. Um servidor da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão foi designado para uma missão no interior do Estado e solicitou adiantamento de recursos para despesas eventuais que exigiriam pronto pagamento.

Com base na Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta acerca do regime de adiantamento.

- a) O regime de adiantamento é aplicável a despesas que possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, sempre que houver conveniência administrativa.
- b) A entrega de numerário ao servidor dispensa o prévio empenho, pois a despesa somente será reconhecida na prestação de contas.

- c) Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.
- d) O servidor suprido fica dispensado de prestar contas quando os valores se referirem a despesas de pequeno vulto.
- e) O suprimento de fundos pode ser utilizado para suprir falhas de planejamento em aquisições rotineiras do órgão

GESTÃO GOVERNAMENTAL

Stefan Fantini

71. No âmbito do processo administrativo, a função responsável por conduzir a execução do trabalho, utilizando a influência sobre as pessoas para orientá-las e motivá-las, é denominada

- a) planejamento
- b) organização
- c) direção
- d) controle
- e) distribuição

72. No exercício de suas funções, o administrador precisa mobilizar habilidades técnicas, humanas e conceituais. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que representa adequadamente uma habilidade conceitual.

- a) Liderar e motivar os integrantes da equipe.
- b) Executar atividades que dependem de conhecimentos especializados, como a elaboração de balanços patrimoniais.
- c) Estabelecer e manter bons relacionamentos no ambiente organizacional.
- d) Compreender a organização como um todo e trabalhar com ideias e conceitos.
- e) Coordenar pessoas e exercer influência sobre equipes.

73. Em uma Entidade Pública, João das Neves atua como Gerente de Comunicação e é responsável, principalmente, por apresentar à sociedade os projetos desenvolvidos e os resultados obtidos pela instituição. Mario Bros, que também trabalha na mesma Entidade, tem entre suas principais atribuições transmitir informações relevantes aos demais integrantes da organização.

Considerando os papéis gerenciais, João das Neves e Mario Bros exercem, respectivamente, papéis

- a) interpessoais, de porta-voz e monitor, respectivamente.
- b) interpessoais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.
- c) interpessoais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- d) informacionais, de disseminador e porta-voz, respectivamente.
- e) informacionais, de porta-voz e disseminador, respectivamente.

74. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que não corresponde a um princípio do modelo burocrático

- a) hierarquia funcional
- b) padronização
- c) pessoalidade
- d) meritocracia
- e) especialização

75. Uma empresa organiza sua estrutura em áreas específicas, como marketing, finanças, recursos humanos e produção. Esse tipo de divisão corresponde à departamentalização

- a) geográfica
- b) por clientes
- c) funcional
- d) matricial
- e) por processos

76. Segundo os estudos de White e Lippitt sobre estilos de liderança, há um estilo em que o líder concentra em si as decisões, impõe suas ordens e determina as diretrizes sem qualquer participação do grupo. Esse estilo é denominado

- a) Liderança Democrática
- b) Liderança Autocrática
- c) Liderança Pactuada
- d) Liderança Liberal
- e) Liderança Cesarista

77. O estilo de liderança caracterizado por uma relação de troca entre líder e subordinados, na qual o alcance de metas e objetivos é associado à concessão de recompensas, é denominado:

- a) Liderança transformacional
- b) Liderança liberal
- c) Liderança transacional
- d) Liderança democrática
- e) Liderança autocrática

78. Segundo a hierarquia das necessidades proposta por Maslow, depois de satisfeitas as necessidades consideradas primárias, a próxima necessidade a ser satisfeita é a necessidade

- a) fisiológica
- b) de segurança
- c) de estima
- d) social
- e) de autorrealização

79. Um gerente de departamento utilizou o e-mail institucional da organização para comunicar aos integrantes de sua equipe a data e o horário de uma reunião destinada à discussão de novas metas. Essa comunicação é classificada como

- a) formal e descendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e ascendente;
- d) informal e ascendente;
- e) informal e descendente.

80. O conceito que corresponde conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho é denominado

- a) imagem organizacional
- b) cultura organizacional
- c) clima organizacional
- d) segmentação organizacional
- e) organograma organizacional

81. Diante do recebimento de um lote de materiais danificados, um estagiário consultou as normas internas da organização para verificar qual procedimento deveria adotar. Em seguida, aplicou a orientação já prevista para a devolução desse tipo de material.

A decisão tomada pelo estagiário é classificada como

- a) não programada;
- b) programada;
- c) intuitiva;
- d) analítica;
- e) ponderada.

82. Entre as ferramentas da qualidade, há uma técnica utilizada para destacar as causas que merecem maior atenção, partindo da ideia de que uma pequena parcela das causas é responsável

pela maior parte dos efeitos observados. Essa ferramenta é o

- a) Diagrama de Ishikawa
- b) Ciclo PDCA
- c) Histograma
- d) Diagrama de Pareto
- e) Fluxograma

83. Entre as ferramentas utilizadas na gestão da qualidade, há uma voltada à melhoria contínua, estruturada em quatro etapas sucessivas: planejar, executar, verificar e agir corretivamente. Essa ferramenta é denominada

- a) Matriz GUT
- b) Diagrama de Ishikawa
- c) Diagrama de Pareto
- d) Análise SWOT
- e) Ciclo de Deming

84. Segundo o modelo de desenvolvimento de grupos proposto por Bruce Tuckman, as equipes evoluem ao longo de cinco estágios sucessivos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa sequência.

- a) normatização, desempenho, adiamento, formação e turbulência.
- b) turbulência, normatização, formação, desempenho e interrupção.
- c) turbulência, normatização, desempenho, formação e interrupção.
- d) formação, turbulência, desempenho, adiamento e normatização.
- e) formação, turbulência, normatização, desempenho e interrupção.

85. Ao administrar conflitos em sua equipe, Mário Bros procura adotar soluções intermediárias, de modo que cada parte envolvida abra mão de algo e, ao mesmo tempo, obtenha algum benefício. Essa abordagem de gestão de conflitos, em que cada parte “cede um pouco”, aceitando soluções razoáveis, ganhos e perdas, é denominada

- a) colaboração;
- b) evitação;
- c) acomodação;
- d) concessão;
- e) competição.

GOVERNANÇA PÚBLICA

Elisabete Moreira

86. O recém-nomeado Secretário da SEPLAG-RJ deparou-se com um cenário desafiador: embora o Governo possua amplo apoio da Assembleia Legislativa e da população, a máquina pública estadual não consegue executar as políticas de saúde e educação a contento devido à fragmentação de processos e à defasagem tecnológica dos sistemas de controle interno. Com base nos conceitos de governança, governabilidade e gestão, a situação narrada evidencia:

- a) Uma crise de governabilidade.
- b) Um alto nível de governança corporativa, porém baixa capacidade de gestão.
- c) Alta governabilidade aliada a uma baixa capacidade de governança pública.
- d) Baixa legitimidade democrática e elevada governança corporativa.
- e) Ampla governança externa prejudicada pela Teoria da Firma.

87. O Diretor de Compras de uma empresa pública fluminense, detentor de informações privilegiadas sobre os próximos editais, passou a direcionar licitações de forma sutil para beneficiar empresas de antigos parceiros de negócios, prejudicando os cofres públicos em prol de seus interesses pessoais, sem que o Conselho de Administração percebesse. Na literatura sobre Teorias da Governança, o comportamento oportunista desse diretor ilustra o problema central estudado pela:

- a) Teoria da Custódia.
- b) Teoria dos Custos de Transação.
- c) Teoria da Agência.
- d) Teoria da Dependência de Recursos.
- e) Abordagem Comportamental da Governança.

88. Uma autarquia estadual vinculada à SEPLAG-RJ adotou um novo modelo de avaliação de desempenho para medir seus resultados. Anteriormente, o modelo focava em número de horas trabalhadas pelos servidores; agora, a métrica principal passou a ser a redução efetiva do tempo de espera dos cidadãos nas filas de atendimento presencial e o índice de satisfação do usuário. Segundo a evolução da governança e as ideias de Mark Moore, essa autarquia vem adotando um modelo de:

- a) Gestão por processos orientada ao alcance de resultados efetivos.
- b) Governança orientada à geração de valor público.
- c) Abordagem neoclássica focada na Administração por Objetivos.
- d) Estrutura de governança baseada na Teoria dos Stakeholders internos.
- e) Perspectiva de governança corporativa, com foco nos stakeholders.

89. Durante a estruturação de uma nova sociedade de economia mista, houve divergência sobre o papel da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Em uma determinada reunião, um dos conselheiros defendeu que o Conselho de Administração deveria ser responsável por avaliar e contratar os fornecedores da empresa, para assegurar que as compras sejam realizadas nos padrões de economicidade e eficiência. Nesse caso, considerando as diferenças entre governança e gestão, o conselheiro está:

- a) Correto, pois a governança abrange todas as decisões de controle.
- b) Correto, pois fornecedores são stakeholders críticos sob gestão do Conselho.
- c) Incorreto, pois a contratação de fornecedores é uma atividade da governança.
- d) Incorreto, pois a tomada de decisão gerencial cabe à gestão.
- e) Incorreto, pois o Conselho de Administração possui apenas função consultiva, sem poder de decisão.

90. A equipe técnica da SEPLAG-RJ precisa de um software de inteligência artificial altamente específico para segurança pública e tem que decidir se é mais oportuno desenvolver internamente ou contratar externamente, não obstante a incerteza existente no ambiente contratual. Nesse caso, levando em consideração a teoria dos custos de transação, a recomendação correta para o Estado é:

- a) Internalizar a produção, pois a alta especificidade e incerteza elevam os riscos de oportunismo e os custos de transação no mercado.
- b) Externalizar a produção, pois o Estado não consegue competir com o setor privado em tecnologia.
- c) Contratar via mercado, pois, segundo a teoria dos custos de transação, terceirizar reduz os custos contábeis.
- d) Adotar a teoria da custódia, terceirizando para empresas que detenham expertises no tema.

e) Internalizar a produção se for deliberação da governança corporativa sobre a dependência de recursos.

91. Um comitê da SEPLAG-RJ debateu a implementação do Modelo das Três Linhas para otimizar os sistemas de controle. Ficou definido que a área de Compliance seria responsável por monitorar de forma contínua a conformidade legal dos contratos e apoiar os gestores na identificação de riscos não mapeados. Segundo o Modelo do IIA, o papel dessa área de Compliance a enquadra na:

- a) Primeira linha.
- b) Segunda linha.
- c) Terceira linha.
- d) Linha adicional de defesa.
- e) Linha de Governança Estratégica.

92. O Conselho de Administração de uma sociedade anônima de capital misto do Rio de Janeiro aprovou a aquisição de um sistema em tempo recorde, sem a realização de estudos ou análises acerca da viabilidade efetiva do sistema e a adaptação à plataforma da empresa. Estudos posteriores revelaram que durante a reunião nenhum conselheiro fez objeções críticas ao projeto, movidos pelo receio de contrariar o Presidente do Conselho, uma figura política intimidadora e carismática. Esse viés sistêmico em órgãos colegiados é analisado pela:

- a) Teoria da Custódia, mediante o efeito halo.
- b) Abordagem comportamental da governança, caracterizando o *groupthink*.
- c) Teoria dos Custos de Transação, como racionalidade ilimitada.
- d) Teoria da Agência, sob a ótica do risco moral positivo.
- e) Integração entre governança e auditoria, denominada compliance cego.

93. Um dos mecanismos mais importantes de governança e sistemas de controle é a identificação do estado inicial de um risco e a mensuração do nível de probabilidade e impacto para que organização possa decidir qual o tratamento a ser aplicado. Alinhado com esses valores, um analista de riscos da SEPLAG, em seus trabalhos de vistoria, mapeou a possibilidade de desabamento do teto de um almoxarifado antigo que continha alguns materiais armazenados. Nesse caso concreto, antes que o órgão decida qual a providência a ser tomada, o analista classificou esse tipo de risco em:

- a) Risco Residual.
- b) Risco Secundário.
- c) Risco Tolerável.
- d) Risco Inerente.
- e) Risco Mitigado.

94. Para aperfeiçoar sua governança interna, o Estatuto Social de uma estatal exige a presença de uma unidade administrativa que não tome decisões de negócios, mas que organize as pautas das reuniões do Conselho de Administração, formalize atas, archive documentação e aja como canal de comunicação oficial entre o Conselho e a Diretoria Executiva. Essa unidade de governança é comumente denominada:

- a) Comitê Técnico de Assessoramento.
- b) Conselho Fiscal.
- c) Secretaria de Governança.
- d) Auditoria Interna.
- e) Ouvidoria Corporativa.

95. Na busca por alinhar seus objetivos com as práticas de Governança no Setor Público, o Tribunal de Contas da União (TCU) e diversos manuais consagram três mecanismos essenciais de governança: Liderança, Estratégia e Controle. A ação da SEPLAG-RJ de implementar um comitê independente de ética e aprimorar a transparência dos dados de pagamentos no Portal da Transparência enquadram-se primariamente nos mecanismos de:

- a) Liderança e Controle, respectivamente.
- b) Controle e Estratégia, respectivamente.
- c) Estratégia e Liderança, respectivamente.
- d) Governança e Governabilidade, respectivamente.
- e) Controle Preventivo e Risco Secundário, respectivamente.

96. No arcabouço de papéis e responsabilidades dos órgãos de governança, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) em empresas públicas possui uma subordinação hierárquica e um foco de atuação específico. Assinale a alternativa correta sobre o CAE:

- a) Subordina-se à Diretoria Executiva, assessorando-a na gestão operacional diária de riscos tributários.
- b) Subordina-se ao Conselho Fiscal na aprovação final das contas anuais e dividendos.
- c) Subordina-se diretamente ao Conselho de Administração, possuindo natureza de assessoramento no monitoramento da auditoria interna e dos relatórios financeiros.
- d) Subordina-se ao Tribunal de Contas do Estado, atuando como braço do controle externo dentro da estatal.
- e) É composto exclusivamente pelos diretores estatutários para garantir agilidade nas deliberações.

97. Um gestor da SEPLAG, estudando as relações entre governança, governabilidade e gestão, afirmou em um relatório técnico que a governança externa sobre o Poder Executivo Estadual é exercida primordialmente por atores independentes. Com base na doutrina, qual das alternativas apresenta uma estrutura de governança responsável pela supervisão, pressão e controle exercidos sobre a organização por atores externos?

- a) Conselho de Administração e Auditoria Interna.
- b) Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e a sociedade civil organizada.
- c) Controladoria-Geral do Estado (CGE) e Auditoria externa.
- d) Secretaria de Fazenda e Poder Judiciário.
- e) Corregedoria-Geral do Estado e Conselho Fiscal.

98. O Conselho Fiscal é um componente clássico da estrutura de governança no modelo societário brasileiro, aplicável também às empresas estatais. Diferentemente do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal tem como característica legal essencial:

- a) O poder de destituir a Diretoria Executiva e eleger o CEO em caso de fraudes contábeis.
- b) A função de autorizar a captação de recursos no mercado internacional.
- c) A atuação como um órgão independente, visando fiscalizar os atos de gestão e examinar as demonstrações financeiras em nome dos sócios.
- d) O assessoramento estratégico voltado à definição de metas financeiras institucionais.
- e) A obrigatoriedade de ser composto por auditores concursados.

99. A distinção e a integração entre governança, gestão de riscos e controles internos frequentemente causam dúvidas em órgãos públicos. Um auditor assinalou corretamente a relação entre a gestão de riscos e o compliance ao afirmar que:

- a) O compliance foca em riscos estratégicos globais, enquanto a gestão de riscos cuida da conformidade com os demais riscos identificados.
- b) A gestão de riscos lida com ameaças negativas, e o compliance busca oportunidades de mercado.
- c) O compliance é responsabilidade da 3ª linha de defesa, não envolvendo os gestores operacionais.
- d) A falha de compliance é, em si mesma, um risco materializado que pode gerar multas e perda de reputação, sendo, portanto, gerida dentro do guarda-chuva amplo da gestão de riscos.
- e) Governança e compliance são conceitos autônomos, ambos focados na eficácia orçamentária do estado gerencial.

100. Historicamente, a Governança Corporativa estruturou-se em resposta a grandes escândalos financeiros, a exemplo dos casos como Enron e WorldCom, no início dos anos 2000, que levaram à criação de uma legislação rigorosa nos Estados Unidos e que obrigou as altas administrações a atestarem a eficácia de seus controles internos contábeis, sob pena de responsabilização criminal. Esse marco fundamental é a(o):

- a) Lei Sarbanes-Oxley (SOX).
- b) Acordo de Basileia.
- c) Relatório Cadbury.
- d) Princípios da OCDE para Governança.
- e) Lei Dodd-Frank.

Estudo de Caso

Em setembro de 2026, último ano do mandato do Governador do Estado Beta, o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre revelou que a despesa total com pessoal do Poder Executivo estadual alcançou 47% da receita corrente líquida. Diante desse resultado, a Secretaria de Planejamento e Gestão convocou reunião com as áreas técnicas para avaliar três propostas encaminhadas pela Secretaria de Administração.

A primeira proposta consistia na nomeação imediata de candidatos aprovados em concurso público para cargos administrativos recém-criados, com o objetivo de recompor a força de trabalho de diversos órgãos. A segunda previa a sanção de lei que concederia reajuste a uma carreira do Poder Executivo em três parcelas anuais, a serem implementadas em 2026, 2027 e 2028. A terceira sugeria que os contratos de terceirização de mão de obra firmados para substituir servidores efetivos em escolas estaduais deixassem de ser computados na despesa total com pessoal, sob o argumento de que tais valores não remuneraram servidores públicos.

Com base na situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) a situação do Poder Executivo estadual diante dos limites de despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e as vedações dela decorrentes;
- b) a viabilidade da nomeação e do reajuste propostos, à luz do momento em que seriam adotados;
- c) a validade da exclusão dos contratos de terceirização do cômputo da despesa total com pessoal.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 1

A incorporação de conceitos da gestão da qualidade pela Administração Pública acompanhou a busca por serviços orientados a resultados e às necessidades dos cidadãos. Princípios e ferramentas concebidos originalmente no ambiente empresarial, sobretudo a partir das contribuições dos chamados teóricos da qualidade, passaram a inspirar programas de melhoria contínua em órgãos e entidades públicas.

Com base no texto acima, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) as contribuições de William E. Deming para a gestão da qualidade, com destaque para o ciclo PDCA;
- b) a trilogia da qualidade proposta por Joseph M. Juran.

Extensão: até 15 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Questão Discursiva 2

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, diagnosticou que a capacidade do governo brasileiro de implementar políticas públicas era limitada pela rigidez e pela ineficiência da máquina administrativa. Desde então, os conceitos de governabilidade, governança e gestão tornaram-se centrais no debate sobre a atuação do Estado e sobre a condução das políticas públicas.

Com base no texto acima, redija um texto dissertativo que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) a distinção entre governabilidade e governança e a relação entre esses conceitos;
- b) a diferença entre governança e gestão no setor público e os mecanismos para o exercício da governança.

Extensão: até 15 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
